



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

José Geraldo A. Barbosa

**MIGRANTES ITINERANTES NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA: DESVELANDO
UMA REALIDADE IN(VISÍVEL) (?)**

Mariana - MG
Junho de 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

José Geraldo A. Barbosa

**MIGRANTES ITINERANTES NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA: DESVELANDO
UMA REALIDADE IN(VISÍVEL) (?)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto como requisito
para a obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Professora Dra. Virgínia Alves Carrara

Mariana - MG
Junho de 2018

B238m Barbosa, José Geraldo Araújo.
Migrantes Itinerantes no Município de Ponte Nova [manuscrito]: desvelando
uma realidade in(visível) (?) / José Geraldo Araújo Barbosa. - 2018.

53f.: il.: color; grafs; tabs.

Orientadora: Prof^ª. MSc^ª. Virgínia Alves Carrara.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e
Serviço Social.

1. Imigrantes - Teses. 2. Trabalho - Teses. 3. Questão social - Teses. 4.
Política social - Ponte Nova (MG) - Teses. 5. Assistência social - Teses. I.
Carrara, Virgínia Alves. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.3(815.1)

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

Migrantes Itinerantes no Município de Ponte Nova:

Desvelando uma realidade in(visível) (?)

José Geraldo A. Barbosa

Orientadora: Profª Drª Virgínia Carrara

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 26/06/2018



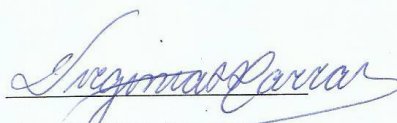
Profª Drª Cristiane Tomaz

(membro da banca)



Profª Paula Leão

(membro da banca)



Profª Drª Virgínia Carrara

(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a Jesus que esteve e estará sempre presente na minha vida.

A minha família Araújo Barbosa, meus pais Jorge e Rosalina, as minhas irmãs Umbeliana e Helena, a meu irmão Marcelo, pelo apoio incondicional, moral, espiritual e material, respeitando a minha caminhada.

A minha namorada e companheira Aparecida Oliveira por me escutar e transmitir palavras carinhosas e motivadoras.

A Instituição UFOP e ao corpo docente pela transferência de conhecimentos, a orientadora Virgínia Carrara, as supervisoras acadêmicas de estágio Jussara Lopes e Cristiane Tomaz, pelo profissionalismo e a dialética, e as amigas (os) discentes pela parceria.

A secretária Valéria Alvarenga e a todos (as) da Secretaria de Assistência Social e Habitação de Ponte Nova e a Ana Paula Neves da casa abrigo, pela recepção e contribuição da minha formação acadêmica para o futuro profissional, através do estágio com a supervisora de campo Flávia Camargos que compartilhou comigo a experiência e a realidade da atuação no exercício profissional.

Ao amigo Alessandro Stopa que em um diálogo me orientou e incentivou a iniciar essa jornada que parecia algo distante da minha realidade.

A minha amiga Sandra Costa e amiga Mônica Magalhães pela gentileza contributiva e a todas as pessoas participativas que de alguma forma fizeram parte desta etapa de vida, incentivando a buscar sempre e desistir jamais.

A todos (as) muito obrigado!

“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei;
não fosse por elas, eu não teria saído do
lugar...

As facilidades nos impedem de caminhar.
Mesmo as críticas nos auxiliam muito”.

(Chico Xavier)

RESUMO

O presente trabalho apresenta a população migrante em características e fases distintas e sua relevância no modo de produção capitalista, desde o século XVIII com a Inglaterra, país precursor da revolução industrial até a contemporaneidade. Os fluxos migratórios ocorrem por expulsão e atração, que envolvem desde problemas naturais, a política opressora e a economia estagnada. Neste contexto a questão social abarca a população migrante sob diferentes perspectivas teóricas, tendo o trabalho, a luta de classes como fatores preponderantes e a política de assistência social diante das conquistas de direitos. Foi realizado uma pesquisa identificando alguns migrantes itinerantes de Ponte Nova, com objetivo de elaborar o perfil destes. Após esta abordagem concluiu-se que estes migrantes estão relacionados com o desemprego e ausência de vínculo familiar.

Palavras-chave: Migrante. Trabalho. Questão social. Política de assistência social. Assistência social.

ABSTRAT

The present studying presents the migrant population in the different characteristics and phases and its relevance in the capitalist mode of production, from the eighteenth century England, a precursor of the industrial revolution, to the present day. Migration flows occur through expulsion and attraction, ranging from natural problems, oppressive politics and the stagnant economy. In this context, the social issue encompasses the migrant population under different theoretical perspectives, this work, class struggle a predominant factors and social assistance policy in the face of the achievement of rights. A survey was carried out identifying some migrant migrants from Ponte Nova, in the order to elaborate their profile. After this approach was concluded that these are related to unemployment and absence of family bond.

Keywords: Migrant - Studying – Work – Social Assistance – Social Issues

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução | 09 |
| 1 – População Migrante e Trabalho | 11 |
| 1.1 – Trabalho | 11 |
| 1.2 – Historicidade, fatores e características da população migrante..... | 12 |
| 1.3 – Migração e redes sociais: uma abordagem da contemporaneidade | 21 |
| 1.4 – Política pública para o migrante no Brasil | 24 |
| 1.4.1- Política pública para o migrante itinerante | 27 |
| 2 – Características do município de Ponte Nova | 34 |
| 2.1 – Conhecendo os migrantes do município de Ponte Nova | 34 |
| 2.2 – Caracterização do campo de estágio | 36 |
| 2.3 – Plantão Social | 39 |
| 2.4 – Pesquisa | 40 |
| 3 – Considerações Finais | 46 |
| 4 – Referências Bibliográficas | 48 |
| 5 – Anexos | 50 |

INTRODUÇÃO

A instituição da Secretaria de Assistência Social e Habitação do município de Ponte Nova, foi de um profissionalismo acolhedor e respeitador, de suma importância no meu currículo de estágio sendo gratificante e enriquecedor diante do compartilhamento das experiências profissionais da supervisora de campo Flávia Camargos.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado Migrantes Itinerantes no município de Ponte Nova: uma realidade ainda invisível. Tem por objetivo analisar os casos de migração itinerante na região do município de Ponte Nova – MG, registrando as demandas diante das ocorrências de atendimento, sendo assim uma possível elaboração do perfil do migrante e a variação de números de atendimentos durante o percurso do ano.

As demandas nos atendimentos do plantão social, numa análise superficial são repetitivas e semelhantes, mas a partir de um aprofundamento, nota-se que são diversificadas, mesmo dentro de uma mesma demanda como por exemplo o benefício eventual da cesta básica, cada caso tem a sua especificidade e particularidade.

Neste aspecto, tive o privilégio de acompanhar essas especificidades que após os atendimentos na medida do possível, tinha um diálogo com a supervisora de campo Flávia Camargos, para uma melhor compreensão. As oficinas de estágios com as supervisoras acadêmicas Paula Leão, Jussara Lopes e Cristiane Tomaz Também foram esclarecedoras e motivaram o meu projeto de intervenção ao qual abordei o atendimento do plantão ao migrante, dando continuidade para este trabalho de conclusão de curso.

No campo do estágio supervisionado I (Plantão Social, Secretaria de Assistência Social e Habitação de Ponte Nova – MG), identifiquei um fluxo recorrente de migrantes itinerantes, conhecidos também segundo NUNES (2003), como “trecheiros”, pessoas em situação de rua que migram de cidade em cidade, por questões diversas, alguns casos para trabalho temporário na região, como em lavouras de café (colheita) na região de Manhauçu (distante 120 quilômetros de Ponte Nova) no período de maio a outubro e também para trabalhos esporádicos em exposições agropecuárias, que acontecem no período de junho e julho.

Diante desta realidade, me interessei em desenvolver o Trabalho Conclusão de Curso (TCC) sobre migrantes itinerantes no município de Ponte Nova, a fim de identificar o perfil deste migrante, o modo de seu deslocamento, da existência ou não de uma política voltada para esse segmento/público, em nível municipal, estadual e federal. Para que o atendimento não fique restrito a aquisição de passagens, alimentação, pernoite em albergue. Sendo necessário um investimento adequado para um atendimento qualitativo e quantitativo aos migrantes e com orientações e possíveis encaminhamentos assistenciais, como por exemplo: de cuidados médicos, acesso a remédios, alimentação etc.

É importante registrar informações que antecedem o atendimento, de forma dialógica, como por exemplo: a cidade que passou anteriormente, se teve ou não algum atendimento pela política de assistência social, seu último endereço fixo (lugar, ano). Além de registrar o que foi feito no atendimento.

Sobre o papel da documentação, Marconsin (2012) define:

Documentar é registrar, sendo, portanto, um instrumental-técnico, uma mediação valiosa no processo de materialização da relação entre teoria e a prática no trabalho profissional [...] É relacionar e interpretar diversos dados e fatos, é refletir para agir, é relacionar-se com o conhecimento.

Este trabalho traz o conceito, os fatores, o comportamento, a mobilidade que desencadeiam as migrações, com diferentes modos e sua relevância no modo de produção capitalista e também as políticas públicas voltadas a este público. Seguido da apresentação dos migrantes e suas características no município de Ponte Nova e a caracterização do plantão social.

CAPÍTULO I – POPULAÇÃO MIGRANTE E TRABALHO

1.1 TRABALHO

Segundo Netto e Braz (2012), o tripé do capitalismo é composto pelo capital, trabalho e Estado. No trabalho encontra-se a base da atividade econômica no modo de produção capitalista, tendo no trabalho a possível produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social. Trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade.

Nesse modo de produção capitalista o trabalhador é separado dos seus meios de produção que são administrados pelo capitalista.

Nas reflexões de Marx:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto manter a vida humana. (MARX, 2003, p.64).

Para Netto e Braz (2014), o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social e suas especificidades como: realizar atividades teleologicamente orientadas; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada (apreendida, expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca); socializar-se.

O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esferas de objetivação que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc. (NETTO e BRAZ, 2012, p.55).

No início do século XX, período do taylorismo e fordismo, o capital passou a controlar o tempo de produção do proletariado, numa exploração alienada, repetitiva, no qual o trabalhador passou a ser estranhado, trabalho que gera alienação, não pertence à essência do indivíduo, seja material ou espiritual, não pertence a quem produz.

Já no período toyotismo, início da década de 1960, houve uma flexibilização, o proletário passou a ser polivalente (exercer, executar mais de uma função); junto veio a terceirização que precariza o valor da mão de obra do proletariado. A terceirização também enfraquece o poder de luta de classes do proletariado, pois desestabiliza as forças sindicais.

Na contemporaneidade a acumulação capitalista tem produzido sob o mundo do trabalho, de acordo com Antunes (2008), uma múltipla processualidade, onde registra-se: a) a diminuição do trabalho assalariado industrial e o crescimento do assalariamento no setor de serviços; b) o crescimento do contingente feminino no mundo do trabalho, excluindo os mais jovens e os mais velhos; c) uma subproletarização, com a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado” d) e por fim a expansão do desemprego estrutural.

Cabe frisar que esse processo vem acompanhado da queda de salário, intensificação da jornada de trabalho, aviltamento de padrões dignos de sobrevivência que envolve a própria degradação do trabalhador; além da perda de direitos sociais, visto que são tempos de pleno desmonte das legislações sociais de proteção ao trabalho.(CAMARGO, M. A. , 2016).

1.2 Historicidade, fatores e características da população migrante

Diversos estudiosos e autores vêm investigando a população migrante, e sob diferentes perspectivas teóricas.

Para Wagner Francisco (2018), o conceito de “migração” consiste no ato de a população se deslocar espacialmente, ou seja, pode se referir à troca de país, Estado, região, município ou até mesmo de domicílio. Nessa perspectiva, as migrações podem ser desencadeadas por fatores religiosos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos e ambientais.

Segundo Engels (2010), em sua obra *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, com o surgimento da revolução industrial, formaram-se as primeiras cidades industriais inglesas, diante das migrações que, conseqüentemente, provocaram enorme impacto sobre cidades, interferindo nas condições gerais, no comportamento e na mobilidade da classe operária.

Marx (1996, p. 262), conclui: “Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção

capitalista”. E nesse sentido os deslocamentos humanos têm no modo de produção capitalista papel fundamental.

No quadro da teoria social crítica, Rosa Luxemburgo (1984), afirma que a desestruturação da economia natural (que implicou o deslocamento de grandes contingentes) não seria uma consequência, mas o próprio fundamento de acumulação de capital. Ou seja, a migração gera uma superpopulação relativa tornando-se o exército industrial reserva da força de trabalho e, sendo assim o modo de produção capitalista explora mais essa força de trabalho, remunerando com baixíssimos valores e maximizando ganhos.

Maria Augusta Tavares (2014), apesar de se dizer não-especialista em migrações, demonstra interesse especial por essa área do conhecimento, visto que ela está diretamente relacionada à questão social, razão de ser da profissão da autora; Assistente Social¹.

Tavares (2014) refere-se a teoria de mercado segmentado como processo da questão social resultante da contradição capital-trabalho, fundamentado por Peixoto (2008), segundo à qual dois segmentos compõem a teoria de mercado de trabalho segmentado, o primário e o secundário. O mercado primário caracteriza-se pela estabilidade no emprego, bons salários, perspectiva de carreira etc. Incluem-se nesse mercado as organizações públicas e algumas empresas privadas. Já o mercado secundário é composto por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, ausência de proteção social e baixo estatuto social (PEIXOTO, 2008, p. 21).

Ambos são inerentes e necessários ao modo de produção capitalista, mas a política econômica da flexibilização de certo modo contribui para que a maior parte da população imigrante esteja incluída no mercado de trabalho secundário.

Segundo Paulo Bársia, Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirma:

[...] as migrações por razões laborais são uma das dimensões mais visíveis da globalização e, se excluirmos as guerras, as epidemias, a fuga à pobreza e à insegurança e a procura de um melhor emprego,

¹Atualmente trabalha como profissional liberal em assessoria e consultoria para instituições e empresas, é também, investigadora integrada ao Instituto de História Contemporânea (IHC) e a Universidade Nova de Lisboa (UNL), tem ampla experiência na pesquisa sobre o trabalho, sobretudo, no que tange às formas de exploração contemporâneas, sua tendência à informalidade e à precarização, inclusive entre imigrantes, (LATTES, 2018).

são fatores que mais levam as pessoas a procurar outros países e a aceitar muitas vezes qualquer trabalho, independentemente das respectivas condições (BÁRSIA, 2008, p. 213).

Há que se considerar também que fatores naturais, como catástrofes ambientais, por exemplo, que desencadeiam o fenômeno da migração numa dimensão caracterizada por “expulsão”, como o caso do Haiti. Outro fator relevante, apesar de distinto, está na situação de guerras, como acontece em países árabes, a qual também apresenta a mesma característica de expulsão. Em ambas as situações, a migração advém de crise política e/ou econômica e daquilo que é o mais cruel e desumano: a fome; que também encontra-se inerente ao movimento do capital.

Regimes políticos opressores, conseqüentemente geram instabilidade política e econômica, ocasionando desempregos e movimentando a população à migração por atração. Os fatores de atração estão ligados ao potencial ou poder de atração exercido pelas características da localidade de destino, gerando no pensamento dos indivíduos a ideia de que a vida em tal localidade seria melhor, mais fácil ou de maior qualidade. São esses fatores que determinam a orientação desses fluxos e as áreas às quais eles se destinam. (LISBOA, S., 2008, p. 89).

Por isso, ocorre a imigração para países vizinhos, ou mesmo distantes, buscando-se melhores condições de vida para indivíduos que, por vezes, possuem somente a força de trabalho. Em geral, muitos migram sem condições financeiras, por mobilidades clandestinas com risco de morte e, acabam entrando para o mercado informal de trabalho. Nesse processo, até mesmo trabalhadores portadores de mão de obra qualificada podem vir a ficar à margem, em situações vulneráveis, como em casos de xenofobia que atinge os migrantes externos e internos, sendo vítimas de preconceitos e explorados com a desvalorização da mão de obra e as vezes análogas ao trabalho escravo e negação de direitos.

Os fluxos migratórios, por vezes, acabam se tornando um importante elemento para a violação dos direitos humanos, como a falta de documentação, observada por Araújo, ao mencionar a questão dos migrantes indocumentados:

Os migrantes indocumentados não são apenas um grupo vulnerável. Sua vulnerabilidade não é uma fraqueza que se possa combater com a positivação de novos direitos e a codificação de novas normas. A sua história não pode ser desvinculada da história dos Estados

nacionais. O Estado que abraça, que nacionaliza, que concede uma identidade para identificar e documentar, o Estado que inventou o passaporte é também o mesmo Estado que criou o imigrante ilegal, irregular e indocumentado. Mais que isso, trata-se de uma relação profunda, porque o Estado depende dessa exclusão para existir. (ARAÚJO, 2015, p. 34).

A vulnerabilidade social² e o sentimento de não pertencimento têm gerado relatos de discriminação e xenofobia, como bem lembra Curado:

A discriminação e a xenofobia contra trabalhadores migrantes, por exemplo, além de derivar de motivos como a nacionalidade, a cor, a etnia, sexo e a religião, decorrem geralmente da idéia preconcebida que esses trabalhadores são uma ameaça ao equilíbrio da oferta e da demanda de empregos no mercado nacional de trabalho ou, em outras palavras, de que estes retiram dos nacionais as oportunidades de empregos, inclusive em razão de aceitarem receber salários mais baixos pela realização da mesma tarefa. (CURADO, 2011, p. 120).

Nesse sentido, durante séculos, e ainda na contemporaneidade, há um modo conservador de se ver os migrantes em relação ao trabalho, quanto à oferta e à demanda, como se os imigrantes tomassem os lugares dos trabalhadores nacionais. Isso interfere, diretamente, no comportamento do trabalhador brasileiro que vive sob a ameaça de ser trocado pela mão-de-obra imigrante. Esse contexto, portanto, gera atitudes que engendram o estranhamento à adaptação do imigrante à nova realidade, nos aspectos social, cultural e econômico, o qual, por vezes, é irreversível.

Ao longo dos séculos, tem-se o fenômeno migração com facetas e características diversificadas, mas ele se torna mais relevante a partir do modo de produção capitalista. A Inglaterra, por exemplo, país precursor da revolução industrial, em meados do século XVIII, foi grande motivo de atração para os imigrantes irlandeses.

O rápido desenvolvimento da indústria inglesa não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse duma reserva: a numerosa e miserável população da Irlanda. Na sua terra, os irlandeses não tinham nada a perder, na Inglaterra tinham muito a ganhar; e desde que se soube na Irlanda que, na margem leste do canal St. George qualquer homem robusto tinha assegurados trabalho e bons salários,

² A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. (CARMO, M. e GUIZARDI, F., 2018, p. 2).

bandos de irlandeses atravessaram-no todos os anos. Calcula-se que até agora emigraram desse modo um bom milhão de irlandeses e que ainda agora há cinquenta mil imigrantes por ano; quase todos invadem as regiões industriais e em particular as grandes cidades, constituindo aí a classe mais baixa da população. Essas pessoas cresceram sem saber o benefício da civilização. (ENGELS, 2010, p.129).

Nesta época na Inglaterra, a força bruta ou sem especificidade era a principal mão de obra, sendo assim não diferenciava o trabalho dos irlandeses para os ingleses, engendrando uma concorrência da mão de obra dos ingleses com os irlandeses, ocasionando perdas salariais e enfraquecimento da classe operária inglesa.

Em meados do século XIX, surge o início da maior migração de povos de que se tem notícia. “Entre 1851 e 1880, cerca de 5,3 milhões deixaram as Ilhas Britânicas (3,5 milhões para os Estados Unidos, 1 milhão para a Austrália, meio milhão para o Canadá), de longe, a maior migração transoceânicas no mundo.” (HOBBSAW, 1977, p. 195). Sendo que a maioria dos emigrantes europeus eram de origem rural, mas somente 10% foram para a agricultura, buscavam melhores condições nas grandes cidades promissoras.

No caso do Brasil, a história de migrações vem desde a colonização portuguesa, juntamente com a imigração forçada de africanos que foram trazidos para o país para serem escravizados.

No final do século XIX e início do século XX, com a abolição da escravatura muitos europeus, em destaque, os italianos, emigraram para o Brasil, principalmente para o interior de São Paulo, para trabalharem nas lavouras de café, em busca de uma melhor condição de vida. Aí se firmaram e produziram riquezas.

Iniciou-se ainda que muito incipiente a industrialização, atraindo grande número de imigrantes. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (2002), o fluxo de imigrantes direcionava em sua maioria de acordo com a origem, os portugueses no Rio de Janeiro, os italianos e japoneses em São Paulo e os espanhóis em Salvador.

Outro fator que teve destaque com a vinda dos imigrantes, a possível troca de identidade brasileira formada pela fusão de três raças, o branco, o índio e o negro. Para a teoria do “branqueamento”, construída por intelectuais brasileiros no início do século XX, ao qual teria um processo seletivo de miscigenação que dentro de três a

quatro gerações faria surgir uma população branca e viam a vinda de imigrantes como um bem. (OLIVEIRA, 2002, p. 9).

Neste período do início do século XX inicia-se o que é denominado como migração interna ou deslocamentos humanos de entradas e saídas no interior do país, podendo acontecer entre regiões, estados e municípios.

Segundo Graham e Holanda Filho (1973), a migração interna no Brasil pode ser dividida em três períodos distintos: 1) um momento de crescimento constante dos fluxos nas últimas décadas do século XIX até 1920, 2) um crescimento vertiginoso dos movimentos até 1950 e 3) um pequeno arrefecimento das taxas a partir de 1960.

Mas, é na década de 1950 que se registram as maiores taxas de migrações do país, sendo predominante o eixo Rio/São Paulo, com maior número de migrantes vindos de Estados do Nordeste, caracterizando um enorme êxodo rural.

Durante as décadas de 70, 80 e 90 do século XX, ao mesmo tempo em que surgem novas localidades entre os mais importantes centros urbanos nacionais, ocorre um contínuo processo de metropolização, dado pela expansão da conurbação³ e das ligações funcionais diretas entre as maiores cidades do país e os municípios periféricos (BAENINGER, 2000).

Nesse período, as migrações internas deixam de ser predominantemente de tipo rural-urbano e os movimentos urbano-urbano crescem através da descentralização industrial.

O trabalho é um fator preponderante na migração interna, há grandes deslocamentos humanos em relação ao emprego/desemprego e se estende na contemporaneidade como por exemplos: a grande obra da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, próxima ao município de Altamira no estado do Pará; indústrias automobilísticas saindo do grande centro do ABC Paulista e através de incentivos fiscais federais, estaduais e municipais, buscam outras localidades como a alemã Mercedes-Benz em Juiz de Fora – MG, a italiana Fiat em Betim – MG, Sete Lagoas – MG e cidades adjacentes que produzem peças automotivas.

Na contemporaneidade, autoras como Alice Schmitz (2009) e Maria Augusta Tavares (2014) concluem que o processo migratório é entendido como expressão da

³ Conurbação: (con + urbe = ação). “Conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou cidades reunidas, que constituem uma sequência, sem contudo se confundirem.” (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2018).

questão social relacionada ao trabalho e, conseqüentemente, ao emprego e desemprego. De acordo com Rossini:

O modo de produção capitalista exige, para sua manutenção, a existência de excedentes de trabalhadores para a viabilização da expansão da produção. A mão-de-obra excedente existe no sentido de favorecer a reprodução do capital. Na realidade, a migração se constitui como um movimento “necessário” ao desenvolvimento capitalista. (ROSSINI, 1986, p. 578).

Para Schmitz (2009, p.20), os migrantes que se deslocam de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida, emprego, entre outros, em muitos casos, ficam à margem, em uma situação de vulnerabilidade ainda maior do que aquela em que já se encontravam. Isso pode acontecer, segundo Singer, pois:

Na verdade, a economia capitalista não dispõe de mecanismos que assegurem uma proporcionalidade entre o número de pessoas aptas para o trabalho, que os fluxos migratórios trazem à cidade, e o número de lugares de trabalho criados pelas novas atividades implantadas no meio urbano. (SINGER, 1998, p. 41).

Neste contexto, a qualificação de força de trabalho do migrante torna-se instrumento importante para se inserir no mercado de trabalho formal e obtenção de direitos, porém não há garantia que o impeça à submeter ao mercado informal de trabalho e superexploração.

A exemplo desta situação, encontramos em Castro, Tomé e Carrara (2014), que a mão de obra qualificada no mercado de trabalho na atualidade, não garante empregabilidade para no caso dos Assistentes Sociais em Portugal. As autoras: Castro; Tomé e Carrara (2014) deduzem que:

Um novo perfil de trabalhador foi requerido, tendo em vista os avanços da robótica, microeletrônica, sob a égide do progresso científico e tecnológico contemporâneo. Da empregabilidade associada no nível de escolaridade passo-se, preferencialmente, ao licenciado moldado sob a aquisição de competências e habilidades para competir no mercado de trabalho da sociedade do conhecimento do século XXI, com redução no tempo de formação da força de trabalho qualificada, o que foi possível, na Europa, com o Processo de Bolonha. (CASTRO; TOMÉ e CARRARA, 2014, p. 98).

Na atualidade, ocorre no Brasil um *boom* sobre a imigração de venezuelanos, pelo fator da “crise que assola o atual cenário da Venezuela, de cunho político, moral e humanitário” (PINTO e OBREGON, 2018), ocasionando instabilidade política, econômica e situação de hiperinflação, desemprego e contestações sociais cada vez mais violentas. Diante deste cenário os venezuelanos buscam abrigos em países fronteiriços como o Brasil.

O Estado de Roraima por estar na fronteira recebe um número maior de requerimento de refugiados e enfrenta problemas como superpopulação em hospitais e falta de local para recebê-los, causando uma população em situação de rua. Os venezuelanos buscam também chegar em outros estados e cidades metrópoles como a cidade de São Paulo, mas há de convir que:

Ademais, além da crise enfrentada pela Venezuela, o Brasil também vem enfrentando seus próprios demônios com a crise econômica que assola o país, o que trouxe impactos significativos para os trabalhadores, visto que torna-se cada vez mais difícil sair do status de desempregado. É nesse contexto que os bicos e a prostituição surgem como alternativas aos estrangeiros recém chegados ao país para que consigam sobreviver e arcar com sua subsistência. Dessa forma, a consequência dessas disputas é a violência, a discriminação do nacional para com o estrangeiro e, principalmente, a intolerância dos brasileiros. Diante do exposto, é nítido que o Estado receptor deve garantir ao refugiado um mínimo de existência digna, garantindo-lhe direitos e deveres como qualquer outro popular, sempre ressaltando o caráter humanitário do refúgio. (PINTO e OBREGON, 2018, p. 19).

No início do século XXI, tem-se o seguinte quadro migratório no Brasil:

No Sudeste, foram observadas alterações importantes no comportamento da migração: Minas Gerais, que por décadas se configurou como espaço de evasão populacional, e o Rio de Janeiro, antiga área de absorção de população, foram classificados como sendo de rotatividade migratória. Por outro lado, São Paulo e Espírito Santo foram considerados como áreas de baixa absorção migratória. Para o Espírito Santo, os estados que mais enviaram migrantes foram Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, respectivamente. Enquanto para o Estado de São Paulo os migrantes vieram principalmente da Bahia, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco. Nesse período, São Paulo ainda atraiu população vinda do Nordeste, provavelmente influenciada pelas redes sociais, porém em volumes muito menores daqueles observados no passado. O cenário observado nas demais Unidades da Federação demonstra regiões de baixa a média evasão ou absorção migratória e muitas áreas de rotatividade migratória, onde foi observado equilíbrio entre as

entradas e saídas de migrantes. (IBGE; OLIVEIRA, A; ERVATTI, I; O'NEILL, M, 2011, p. 32).

Os deslocamentos entre Estados da mesma região foram evidenciados por Baeninger (2008) como novos espaços da migração, muito mais relacionados com o âmbito de suas próprias regiões.

Ainda segundo o IBGE (2011):

a aglomeração de Belo Horizonte configura uma mancha de maior crescimento em Minas Gerais e representa um dos principais focos de atração populacional no estado. As metrópoles, de uma maneira geral, possuem grande capacidade de polarização devido às funções públicas, econômicas serviços em geral. (IBGE; OLIVEIRA, A; ERVATTI, I; O'NEILL, M, p.43, 2011).

Em Minas Gerais, o município de Governador Valadares se caracteriza pela constante emigração para os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, pela migração de retorno, que vem se tornando comum também entre as federações nacionais que envolvem, principalmente, as regiões metropolitanas. Isso ocorre devido à saturação do mercado, envolvendo muita concorrência e mão de obra qualificada.

Segundo a Organização Internacional de Migração (OIM), o Brasil é o segundo maior receptor de remessas de parte dos rendimentos mensais em dinheiro dos Estados Unidos da América para América Latina, atrás somente do México (PERFIL, 2010). Embora essas remessas não apresentem um efeito desenvolvimentista nacional, podem ter efeito localizado nos municípios para onde se destinam. Podemos citar, como exemplo, o município de Governador Valadares, em Minas Gerais. Segundo Soares (2002), que estuda a migração internacional em Governador Valadares e Ipatinga, a remessa de parte considerável da renda pessoal do emigrante para Governador Valadares dinamiza atividades econômicas locais, com destaque para o setor imobiliário, por causa das condições de troca mais favoráveis da moeda estrangeira. Nesse caso, o impacto das remessas pode alterar a condição de ocupação do domicílio (próprio, alugado, cedido etc.), que também foi investigada no questionário básico do Censo 2010.

Em uma análise dos migrantes internacionais regulares e irregulares de Governador Valadares, Soares e Fazito (2008) afirmam que:

Governador Valadares é uma cidade média da região sudeste do Brasil, tem aproximadamente 240.000 habitantes, e possui uma economia regional fortemente dependente das remessas internacionais de imigrantes valadarenses residentes nos EUA – segundo Soares (1995), de 1980 a 1994 foram investidos no setor imobiliário da cidade aproximadamente US\$ 150 milhões provenientes da migração, alguns bairros da cidade foram remodelados à custa do dinheiro das remessas (SOARES; FAZITO, 2008, p. 7).

Outra modalidade de migração que se destaca na contemporaneidade são os movimentos pendulares. Normalmente, a discussão sobre movimento pendular está associada à expansão da metrópole e sua área de influência em relação à centralidade do mercado de trabalho. A mobilidade cotidiana está ligada à mobilidade residencial e às migrações intrametropolitanas. Embora o trabalho tenha centralidade nesse tipo de deslocamento, a mobilidade cotidiana é muito mais ampla, já que envolve as diferentes ações do dia-a-dia dos indivíduos. Portanto, os deslocamentos pendulares fazem parte da distribuição espacial da população em seus múltiplos aspectos, cujas modalidades estão relacionadas entre si, a partir das migrações internas, da mobilidade residencial, da mobilidade cotidiana e do espaço de vida (JARDIM; ERVATTI, 2006).

Estes conceitos apontam para a necessidade de uma investigação mais detalhada do referido fenômeno. Porém, um levantamento do tipo censitário guarda restrições em relação ao tamanho e complexidade do questionário, limitando o aprofundamento de questões ligadas aos deslocamentos para lazer, acesso aos serviços de saúde, exercício de crenças religiosas etc. (IBGE; ERVATTI, L e OLIVEIRA, 2011, p. 89).

Segundo o IBGE (2011), o Censo Demográfico 2010 ao investigar os deslocamentos pendulares para trabalho ou estudo, poderia também identificar o tipo de transporte utilizado e o horário no qual o deslocamento é realizado, deste modo contribuiria com informações relevantes para planejamento das políticas de transporte urbano.

1.3 Migração e redes sociais: uma abordagem da contemporaneidade

Para Weber Soares e Roberto Rodrigues (2005), as redes sociais são, sem dúvida, um instrumento importante e válido para se entender os fluxos

populacionais. Mas é necessário ir além dessa mera indicação e estabelecer as bases iniciais da perspectiva teórica que se estrutura em consequência das imprecisões encontradas em parte da literatura sobre as temáticas: redes sociais, redes pessoais e redes migratórias.

Uma "rede social" é uma rede ampla, que pode abrigar várias outras "subredes" sociais, construída a partir de um conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que se tornam conectadas através de algum tipo de relação.

Por sua vez, a "rede pessoal" representa um tipo de rede social que envolve relações sociais de amizade, parentesco etc., mantidas pelo indivíduo, no meio em que vive.

Por fim, a "rede migratória" não se confunde com as redes pessoais em geral. Isso porque ela precede a migração e é condicionada por um fim específico: a ação de migrar. No entanto, destaca-se que:

Quando suas singularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, uma rede migratória é, também, um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e enseja a criação de outras: portanto, consiste em "uma rede de redes sociais". Por fim, uma "rede migratória" implica origem e destino - isto é: recortes territoriais, países, estados, microrregiões, municípios, cidades, etc. que se articulam por intermédio de fluxos migratórios. (SOARES & RODRIGUES, 2005, p. 6).

O IBGE destaca que o cruzamento dos dados de emigração internacional com os demais quesitos do Censo 2010 sobre migração pode, por exemplo, trazer evidências da associação entre migração e redes sociais. As redes sociais, segundo Massey e outros (1993), conectam migrantes, migrantes de retorno e não migrantes nas áreas de origem e destino e aumentam a probabilidade de ocorrência da migração internacional, ao reduzirem os custos e riscos do deslocamento. A presença de imigrantes internacionais e de retornados no domicílio que "forneceu" emigrantes internacionais pode ser um indicativo da operação de uma rede social de migração. A informação de que mais de um morador do domicílio vivia no exterior, tendo partido em datas diferentes, também pode ser um indicativo da rede social favorecendo a migração. (IBGE, 2011).

Um fator preponderante relacionado as redes sociais e as migrações encontra-se no Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM), desde 2004 com eventos a cada dois anos, organizado por redes e organizações de migrantes e

movimentos sociais em geral. A cidade do México irá sediar o VIII FSMM em novembro 2018 com a pauta proposta “Para nós migrar é resistir, é construir e transformar”.

Segundo NASI (2014), a principal pauta do FSMM é a cidadania global, e se articulam em torno dela movimentos de diversos países, de todos os continentes. Como se trata de uma rede formada por organizações de diferentes países, que falam diferentes línguas, boa parte das articulações acontece pela internet, inclusive reuniões do comitê organizador internacional do FSMM.

Recentemente, o VII Fórum Social Mundial das Migrações reuniu cerca de três mil pessoas no Brasil, na capital paulista, em quatro dias, durante o mês de julho de 2016, para debaterem sobre o tema “Migrantes construindo alternativas frente à desordem e à crise global do capital”. Nessa época, estava em trâmite, no Brasil, a aprovação da Lei de Migração n. 13.445/2017.

Esse evento grandioso, dedicado ao intercâmbio e debate de experiências, foi organizado a partir de seis eixos temáticos, como se segue:

- ✓ Eixo 1: “A crise sistêmica do modelo capitalista e suas consequências para as migrações.” Migrantes e refugiados reunidos no fórum denunciaram que continuam a xenofobia, o racismo e o sexismo, muitas vezes, provocados por diferentes formas de violência e opressão que imperam na sociedade de destino, assim como pela precariedade em que ocorre a mobilidade humana.
- ✓ Eixo 2: “Resistências e alternativas dos sujeitos migrantes.” Entre as propostas levantadas, destacam-se: promover a integração das diferenças culturais desde a sensibilização, a modificação do marco legal atual de migrantes e refugiados, e a elaboração de uma declaração pública contra as políticas do Estado de Israel, apoiando-se a reivindicação dos direitos palestinos pela via do Boicote Econômico, Desinvestimento e Sanções (BDS) e outras formas de resistência.
- ✓ Eixo 3: “Migração, gênero e corpo.” A luta contra o silenciamento da situação que afeta as mulheres migrantes e a ausência de políticas públicas que garantam seus direitos marcaram o debate. Se a população migrante já tem seus direitos reduzidos, as mulheres migrantes são ainda mais invisíveis, dada a naturalização das opressões sistêmicas às quais estão expostas.
- ✓ Eixo 4: “Migração, os direitos da mãe natureza, a mudança climática e as disputas norte-sul.” O capitalismo extrativista, assim como o sistema de

produção e de consumo, impacta, de maneira direta, o meio ambiente e intensifica os efeitos da mudança climática. Propõe-se, portanto, uma transformação radical do sistema de produção e dos modelos extrativistas, e o fim do agronegócio.

- ✓ Eixo 5: “Direitos humanos, trabalho digno, educação, moradia, participação política e movimentos sociais.” Os debates, durante o Fórum, abordaram este eixo de uma forma multidimensional, privilegiando a crítica a todas as formas de violência, discriminação e exclusão que impedem a população migrante de ter pleno gozo de seus direitos humanos, acesso a condições dignas de trabalho e direitos humanos básicos, como: saúde, educação, moradia, previdência social etc.
- ✓ Eixo 6: “Direito a cidade, inclusão social e cidadania dos migrantes.” Neste eixo, foi exigido o pleno e irrestrito acesso de imigrantes e refugiados à educação, cultura, comunicação, documentação etc., bem como o respeito pela diversidade religiosa das populações migrantes. (FÓRUM, 2018).

1.4 Política pública para o migrante no Brasil

Segundo Sallum Jr, B (1994), a década de 1980 foi marcada por grandes transformações políticas no Brasil e na América Latina onde domavam regimes autoritários. Sendo marcada por uma ofensiva liberal muito forte em torno do ajuste de suas economias para pagar o endividamento externo. A transição política brasileira não se limitava apenas à esfera político-institucional, mas também mudanças nas relações entre poder político, estrutura social e econômica.

A Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, não tratava as migrações de maneiras específicas, sendo concedida no período da ditadura militar com aspectos voltados para segurança nacional, discriminação e contrária aos fundamentos e princípios que norteavam a Carta Magna de 1988. A Carta Magna do Brasil promulgada em 1988 chamada também de “Constituição Cidadã”, traz em seu texto os princípios e diretrizes da Política de Inclusão Social.

Segundo Sidney Guerra (2017), a Lei n. 6.815/1980 já não atendia aos anseios do grande número de pessoas que se instalaram no Brasil, pelos mais diversos motivos, ao longo dos anos, verifica-se que atualmente existem

aproximadamente 1 milhão de estrangeiros em território brasileiro, sejam eles permanentes ou transitórios, conforme os gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Estrangeiros em território brasileiro



Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/estatistica/estrangeiros>>. Acesso em: 16 maio 2017.

O termo estrangeiro adotado pela norma citada indicava a existência de um indivíduo que “é natural de outro país; que não faz parte de uma família, de um grupo”.

Gráfico 2 – Quantitativo de estrangeiros que vieram para o Brasil nos últimos anos, conforme estudo elaborado pela Polícia Federal



Gráfico 3 – Nacionalidades distintas que se instalaram em território brasileiro



Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/estatistica/estrangeiros>>. Acesso em: 16 maio 2017.

Enquanto a revogada Lei do Estatuto do Estrangeiro de 1980, não atribuía direitos e garantias ao migrante, a nova Lei de Migração de 2017, trata o imigrante como um sujeito de direitos e garante em todo o território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, dentre eles a inviolabilidade do direito à vida, direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; direito à liberdade de circulação em território nacional etc.

A atual Lei 13.445/2017, tem um propósito da inclusão do imigrante; assegura o imigrante o acesso igualitário e livre a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, acesso igualitário e livre do imigrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (artigo 3º, XI).

Conforme Sidney Guerra (2017), entre as principais mudanças introduzidas pela nova Lei de Migração estão a desburocratização do processo de regularização migratória, a institucionalização da política de vistos humanitários, a não criminalização por razões migratórias, além de conferir uma série de direitos aos migrantes que até então não eram garantidos.

1.4.1 Política pública para o migrante itinerante

As características da população migrante itinerante que é também conhecida como trecheiro, sobre o significado trecheiro, NUNES (2003), enfatiza que:

Em um trabalho de iniciação científica veiculado pela internet, um grupo de antropólogos da Universidade de São Paulo apresenta resultados de uma pesquisa sobre trecheiros na cidade de São Carlos, na qual se apresentam significados dessa palavra [...]. O trecheiro é visto na pesquisa como parte de uma população migrante e itinerante. Trata-se daquele que não pára em lugar nenhum, vive na rua pingando de cidade em cidade e sobrevivendo de bicos e correrias. Os trechos são espaços urbanos (territórios) apropriados pelos trecheiros e pelos quais eles pingam (transitam). A palavra correria remete aos mecanismos de busca como pedir esmolas, olhar carros, praticar furtos e, eventualmente, trabalhar, informalmente para aquisição de aguardente, drogas, comida e medicamentos, bem como o dinheiro necessário para a realização dessas trocas.

O quadro apresentado destes migrantes itinerantes constituem uma população em situação de exclusão social. Sendo designada a Proteção Social, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS): Além de privações e diferenciais de acesso a bens e serviços, a pobreza associada à desigualdade social e a perversa concentração de renda, revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social. O termo exclusão social confunde-se, comumente, com desigualdade, miséria, indigência, pobreza (relativa ou absoluta), apartação social, dentre outras. Naturalmente existem diferenças e semelhanças entre alguns desses conceitos, embora não exista consenso entre os diversos autores que se dedicam ao tema. Entretanto, diferentemente de pobreza, miséria, desigualdade e indigência, que são situações, a exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal, apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço. (PNAS, 2004).

Segundo Oliven (1984), a população excluída do processo de industrialização é tão numerosa no Brasil que excede as necessidades de mão de obra de reserva, constituindo, na verdade, uma massa “estruturalmente” miserável, que nunca será absorvida pelo mercado de trabalho e, conseqüentemente, não terá acesso a condições de vida e padrões de consumo melhores.

A Política Nacional (PNAS, 2005, p. 33) estabelece como um dos objetivos da assistência social: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Define também que a proteção social especial tenha como referência o atendimento aos migrantes e os serviços operados por abrigos e albergues.

O Primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizado entre agosto de 2007 e março de 2008, executada pela Instituição Meta – Instituto de Pesquisa e Opinião e do Órgão de Cooperação Técnica Internacional: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; elaborou o perfil das pessoas em situação de rua.

Esta pesquisa elaborou diante de coleta de dados de 71 municípios, 23 capitais e todos os 48 municípios com população igual ou superior a 300 mil habitantes.

Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas, destacando o perfil dessas pessoas:

. 82 % do sexo masculino.

- . 53 % faixa etária entre 25 e 44 anos.
- . 16,2 % faixa etária entre 18 a 24 anos.
- . 13,8 % faixa etária de mais de 55 anos.
- . 67 % negros.
- . 63,55% não havia concluído o primeiro grau.
- . 17,1% não sabiam ler e escrever.
- . 8,3% apenas assinavam o próprio nome.
- . 70,9 % exercem alguma atividade remunerada. (dessas atividades destacam-se a de catador de materiais recicláveis (27,5 %), flanelinha (14 %), trabalhos em construção civil (6,3 %), limpeza (4,2 %) e carregador /estivador (3,1 %). Contrariando a imagem comumente difundida, apenas (15,7 %) das pessoas em situação de rua pesquisadas pediam dinheiro como principal meio de sobrevivência.
- . 88,5 % afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

- . 55,5 % não participava de qualquer movimento social.

Diante dos resultados desta pesquisa, o percentual de 88,5 % é relativamente alto dos entrevistados que afirmam que não recebem qualquer benefício dos órgãos governamentais, isto pode estar relacionado ao não conhecimento por exemplo do Centro Pop ou na dificuldade de acesso ou mesmo na falta de abordagem que requer um atendimento mais técnico que por vezes necessita de mais de uma abordagem.

As pesquisadoras (GIMENEZ, T e COSTA, M. F., 2010), definiram o denominado deslocamentos humanos tomando como referência àquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, em trânsito pelo Vale do Paraíba no estado de São Paulo, sejam migrantes ou população de rua, atendidas pelo setor público e privado (albergues, centro de triagens, organizações religiosas, ONGs).

A pesquisa de Gimenez e Costa (2010), trazem depoimentos de Assistentes Sociais como estes apresentados:

(...) A maioria traz documento, a identidade. (...) porque quando aparecem sem documento a gente encaminha pra delegacia, para trazer um boletim que não documento.

(...) Dificilmente eles estão sem, porque eles já sabem também, não é? Se eu chegar num albergue, num abrigo, se eu não tiver documento, não vou poder ter assistência, não vou conseguir dormir, porque, a maioria, dos albergues pede

documentos. (...) Então é feita a acolhida, a triagem. De onde está vindo? Com qual o objetivo? Saber o que está fazendo na cidade (...) depois a casa oferece: alimentação, um banho, um pernoite se for necessário. E nós trabalhamos com passe, até a cidade mais próxima, caso ele queira ir pra esta cidade.

As pesquisadoras acordam em que é importante possuir uma sistematização de registros destes usuários, seja em sua dimensão quantitativa como também qualitativa, utilizando para a construção de metodologias de trabalho, possibilidade de uma rede de comunicação entre os profissionais; bem como elaborar indicadores que justifiquem a urgência na formulação de políticas sociais integradas à rede de serviços sociais proporcionados pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Há um atendimento especializado as pessoas em situação de rua e aos migrantes itinerantes denominado Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), voltado ao apoio à apenas população adulta em situação de rua, sendo uma unidade pública e estatal, com amparo da Proteção Especial de Média Complexidade do SUAS (Sistema Único da Assistência Social). Porém geralmente os “Centro Pop” estão localizados nos municípios de número igual ou maior que 300 mil habitantes aos quais obtém novos recursos de âmbito federal destinado ao seu funcionamento.

Sua formulação resulta de um processo de amadurecimento do Estado brasileiro no que diz respeito às políticas públicas para população em situação de rua. Este processo foi particularmente observado na última década e teve na aprovação da Política Nacional para População em Situação de Rua, em 2009, um marco histórico. Nesse contexto, há que se destacar o compromisso assumido pelo Governo Federal e o papel dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, para que os direitos das pessoas em situação de rua entrassem, definitivamente, na agenda pública brasileira. (orientações técnicas: Centro de Referência especializado para População em situação de Rua e serviço especializado para Pessoas em situação de Rua, 2011).

Ofertado no Centro POP, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é destinado às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo

em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua. (Orientações técnicas: Centro de Referência especializado para População em situação de Rua e serviço especializado para Pessoas em situação de Rua, 2011).

O Centro Pop caracteriza de uma infraestrutura que possua Espaço Físico e condições necessárias e acessibilidade. A Unidade deverá dispor de espaços para:

- . Recepção e acolhida inicial;
- . Sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e/ou atividades administrativas;
- . Sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos;
- . Salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários, socialização e convívio;
- . Copa/cozinha;
- . Banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- . Higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive);
- . Refeitório;
- . Guarda de pertences, com armários individualizados.

Além desses espaços, a depender da realidade local, a unidade poderá, também, dispor de espaços para guarda de animais de estimação, almoxarifado ou similar, sala com computadores para uso dos usuários, dentre outros.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2013, diante da infraestrutura citada, o Centro Pop necessita de profissionais capacitados com o quadro do RH (recursos Humanos) compostos por: 01 coordenador(a), 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 técnico nível superior, preferencialmente com formação em direito, pedagogia, antropologia, sociologia ou terapia ocupacional, 04 profissionais nível superior ou médio para a realização do serviço especializado (quando ofertada pelo Centro Pop, e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades) e 02 auxiliares de administração. Diante deste contexto devem ser atendidos no máximo 80 casos (indivíduos ou famílias por mês, para que haja melhor tratamento e cuidado com estes. Caso a demanda da localidade seja muito diferente deste valor de forma constante, deve ser feito um estudo para abertura de novo posto de atendimento ao moradores em situação de rua.

Em uma Instrução Operacional Conjunta nº 07, de 22 de novembro de 2010, entre a SENARC (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania) / SNAS (Secretaria Nacional de Assistência Social) / MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome); A presente Instrução Operacional tem como objetivo disseminar orientações para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Esta inclusão tem a finalidade de potencializar o acesso dessa população aos programas usuários do Cadastro Único e à rede de serviços socioassistenciais, bem como a produção de informações que contribuam para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas.

É orientado que o cadastramento de pessoas em situação de rua deverá ser realizado por meio de trabalho articulado entre as áreas gestoras do Cadastro Único e a proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (Suas) na localidade, contribuindo para sua inclusão na rede de serviços socioassistenciais e nos demais programas usuários do Cadastro Único, quando for o caso. Por não possuir endereço que é critério obrigatório no cadastro único, seu endereço deve ser de uma unidade de serviço da rede socioassistencial como referência.

A Portaria do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome nº 381, 12 de dezembro de 2006, define em seu Art. 7º - Serão transferidos aos Municípios com mais de 300 mil habitantes, que possuam população em situação de rua, conforme levantamento realizado pelo MDS em 2004 e 2005, novos recursos destinados ao co-financiamento do Piso de Alta Complexidade II, para financiar a rede de acolhida temporária destinada à população em situação de rua, na perspectiva de potencializar e diversificar a rede de serviços da proteção social especial de alta complexidade, bem como atender ao disposto no art. 23 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O município que constar uma população igual ou menor que 300 mil habitantes, apesar de não possuir o recurso federal destinado ao Centro Pop, poderá contar com outros recursos do setor privado por exemplo para estabelecer o atendimento de acordo com as demandas do Centro Pop.

O município de Ubá localizado na zona da mata mineira, é local de referência nesta questão, pois possui uma população estimada pelo IBGE (2017) de 113.300 habitantes e ao atender ao decreto presidencial de nº 7.053 de 2009, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua, foi realizado, em 08 de

agosto de 2013, o termo de aceite para o Centro Pop e Unidade de Acolhimento, sendo que em 22 de janeiro de 2014 inaugurou o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), buscando o resgate da cidadania.

Para promover este resgate da cidadania, o Centro-POP oferecerá serviços técnicos de acolhida, escuta qualificada, oficinas terapêuticas, abordagem social dos indivíduos e familiares, elaboração de planos de acompanhamento individual, realização de visitas domiciliares, acompanhamento psicológico (atendimento individual, dinâmicas de grupo, grupos reflexivos etc.), encaminhamento e monitoramento para todos os serviços ofertados pela rede de atendimento socioassistencial do município e órgãos de defesa de direitos e atendimento ao migrante através de uma equipe técnica composta por assistente social, psicólogo, educador social, auxiliar administrativo, auxiliares de serviços gerais e coordenação. (Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Ubá, 2014).

Em São Paulo, tem o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), iniciou suas atividades em novembro de 2014 dentro de um contexto de construção de políticas públicas voltadas para a população imigrante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que convidou o Sefras (Serviço Franciscano de Solidariedade) para administrar o serviço em parceria com a Prefeitura.

Presente junto às comunidades migrantes e atuando próximo dessa enorme diversidade que reside nas distintas comunidades, o CRAI atua na promoção dos direitos dos migrantes no Brasil através de uma perspectiva de direitos humanos, sempre objetivando a integração social, produtiva, política e cultural dos atendidos. Neste sentido, o serviço oferece orientações gerais e atendimento de portas abertas, bem como atendimento jurídico especializado a partir de uma parceria com a Defensoria Pública da União. Também organiza um curso de português, rodas de conversa, oficinas, entre outras atividades. Uma questão que se destaca na atuação do CRAI está na construção – junto às comunidades, sociedade civil em geral e ao poder público – de políticas públicas de proteção ao migrante. (www.sefras.org.br)

CAPÍTULO 2 – CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA

2.1 Conhecendo os migrantes do município de Ponte Nova

O município de Ponte Nova – MG está localizado na Zona da Mata Mineira com área territorial de 470,643 km² e população estimada em 2017 de 60.361 habitantes; salário médio mensal de 1,8 salários mínimos (IBGE, 2017).

Segundo dados históricos da Prefeitura Municipal de Ponte Nova; o território do atual município de Ponte Nova, era habitado por índios peruês e aimorés, quando iniciou a sua colonização, através da distribuição de sesmarias, a partir da segunda metade do século XVIII. Documentos apontam a construção de uma ponte de madeira sobre o Rio Piranga em 1762. O povoado que se desenvolveu em torno da capela São Sebastião às margens do Rio Piranga ficou conhecido inicialmente como São Sebastião da Ponte Nova. Uma nova Lei promulgada em 1883 mudou sua denominação, que foi reduzida para Ponte Nova. No século XIX, em 1886, houve uma fase de expresso desenvolvimento agroindustrial da cultura de cana e sua transformação em açúcar e álcool nas usinas de grandes fazendeiros da região. Estas atividades tiveram declínio a partir de 1970, permanecendo apenas uma usina, a usina da Jatiboca pertencente ao município de Uruçânia, vizinho de Ponte Nova que permanece operando numa produção bem reduzida em relação anterior ao declínio.

Atualmente Ponte Nova, busca novos caminhos de desenvolvimento. Na agropecuária, destaca-se produção leiteira e suinocultura. A suinocultura de Ponte Nova e região encontra-se na situação de uma das mais tecnificadas do país. O município de Ponte Nova - MG, possui proximidades as rodovias federais: distância de 40 km da BR – 262 (rodovia transversal brasileira, interliga os Estados do ES, de MG, SP e MS), distância de 140 km da BR – 040 (liga o Estado de MG ao Estado do RJ), distância de 120 km da BR – 381 (possui 1.181 quilômetros, dos quais, 95 em SP, 136 no ES e 950 em MG), distância de 110 km da BR - 116 (principal rodovia brasileira, com extensão de 4.610 km, interligando o extremo Norte-Sul, início em Fortaleza – CE e término em Jaguarão – RS. Entre algumas capitais do país, possui a distância de 180 km de Belo Horizonte - MG, 392 km de Vitória – ES, 420 km do Rio de Janeiro – RJ e 781 km de São Paulo - SP (Ponte Nova (MG) Prefeitura 2017).

O município de Ponte Nova - MG é considerado ponto de referência na área hospitalar, com destaque para o Centro de Cardiologia e Oncologia, atraindo, para tratamento, migrantes das microrregiões que o cercam. As áreas de educação, comércio e trabalho, também proporcionam a migração pendular.

Na área de educação, a Faculdade Dinâmica que teve seu início em 2006 com o curso de direito e estendeu aos cursos de contabilidade, enfermagem, fisioterapia e recentemente em 2016 o curso de medicina, agrega um número considerável de docentes e discentes que migram para Ponte Nova, constituindo-se assim, uma população migrante pendular a trabalho ou estudo e flutuante ou temporária.

Quanto ao trabalho, no que diz respeito à mobilidade urbana e à migração pendular, Ponte Nova recebe também, mas em menor número, trabalhadores migrantes, como por exemplo no setor da suinocultura e frigorífico, que trabalham em cidades vizinhas mas residem em Ponte Nova, visto que a cidade possui uma estrutura mais ampla em termos de habitação, comércio etc.

No ano de 2008, com a forte demanda da mineração brasileira e mineira para o exterior, Ponte Nova recebeu um fluxo de aproximadamente 2.500 migrantes, vindos de toda área nacional, para a construção da maior obra de mineroduto, interligando as mineradoras da região de Mariana para o transporte de minério para os portos do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esses migrantes possuíam “mão-de-obra qualificada”, resultando em um número menor de trabalhadores locais ingressados na obra. Ou seja, a demanda por emprego do exército industrial de reserva dos trabalhadores locais foi atendida em pequena proporção, justamente por não atenderem aos cargos correspondentes, necessários para construção.

Para Ponte Nova, segundo Rogério Pinheiro, empresário do setor alimentício e integrante da Associação Comercial e Industrial de Ponte Nova (ACIP), essa situação gerou um arrefecimento na economia local, principalmente nos setores de locação imobiliária e hotelaria, o que se tornou favorável aos proprietários de imóveis e hotéis, mas, por outro lado, desfavoreceu os moradores inquilinos locais devido ao aumento dos valores das locações imobiliárias. No comércio, houve um impulso de vendas em todos os setores: vestuário, produtos alimentícios, móveis, utilidades domésticas etc.

Quanto à mobilidade dos trabalhadores para o local de trabalho, não afetou o transporte público urbano local, pois o transporte dos trabalhadores eram fretados em ônibus e vans disponíveis para o deslocamento até as obras.

No campo do estágio supervisionado I (Plantão Social, Secretaria de Assistência Social e Habitação de Ponte Nova – MG), identifiquei um fluxo recorrente de migrantes itinerantes, conhecidos também segundo NUNES (2003), como “trecheiros”, pessoas em situação de rua que migram de cidade em cidade, por questões diversas, alguns casos para trabalho temporário na região, como em lavouras de café (colheita) na região de Manhuaçu (distante 120 quilômetros de Ponte Nova) no período de maio a outubro e também para trabalhos esporádicos em exposições agropecuárias, que acontecem no período de junho e julho.

A Assistência Social de Ponte Nova, atua na política do “trecheiro” diante da Lei Municipal nº 30238/2008 no Art.12. O benefício eventual na forma de concessão de transporte para migrantes, sendo concedido àqueles que estejam em situação de vulnerabilidade social e econômica, mediante fornecimento de passagem de ônibus ao seu local de origem ou à cidade mais próxima, com quilometragem máximo de 100 km, após parecer favorável à concessão.

Ao migrante itinerante é oferecido até três diárias no albergue com alimentação completa e disponibilidade de higienização das roupas, há casos de permanência além das três diárias se estiver com algum problema de saúde e necessite de medicação ou até mesmo a falta de verba da Secretaria de Assistência Social para passagem a outro município. Semelhantes aos dados anteriores do capítulo I, das pesquisadoras (GIMENEZ e COSTA, 2010) sobre deslocamentos humanos no Vale do Paraíba no estado de São Paulo.

Diante deste contexto o que se tem é um deslocamento do problema passando de um município a outro município, indicando a necessidade de redes de atendimento dos deslocamentos humanos, buscando soluções possíveis para as políticas de gestão migratória.

2.2 Caracterização do campo de estágio

Foi devido a Constituição Federal de 1988 e a regulamentação da Lei nº 8.742/1993, reconhecida como Lei Orgânica da Assistência Social, que a assistência social passou a ter uma concepção de direito para quem dela necessitar, focada na

garantia destes à população em situação de vulnerabilidade, vítima da pobreza e consequentemente exclusão social.

A organização da Assistência Social é prevista pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), N° 8.742/1993, responsável pela instituição de benefícios, serviços e programas, porém com viés focalizador.

O Sistema único de Assistência Social (SUAS), é responsável pela regularização e organização, em todo território nacional das ações socioassistenciais. Surgiu à partir de um acordo federativo entre os governos federal, estadual e municipal, com a finalidade de promover uma gestão descentralizada no que diz respeito ao financiamento e monitoramento dos serviços socioassistenciais. Se baseando na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - Resolução nº 130/2005. Com foco na proteção social e a defesa de direitos socioassistenciais, à partir de níveis de complexidade.

Baseado na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, os princípios fundamentais que regem as diretrizes de organização da Assistência Social são: a descentralização político-administrativa, levando em conta as diferenças e as características socioterritoriais de cada localidade; representação populacional na formulação de políticas e ações gerais; excelência na condução da política de Assistência por parte do Estado; focalizar a família como centro de benefícios, serviços, programas e projetos.

O acesso aos programas e ações socioassistencias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, exige a efetivação do Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto nº 6.135/2007. O Cadastro Único é um instrumento do Estado para a identificar o perfil familiar e possibilitar a participação dos diferentes programas sociais. É obrigatório a atualização a cada dois anos.

No município de Ponte Nova – MG, conforme a Lei Municipal nº 3.503/2010, Seção XI, Art. 30, compete à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

I – coordenar ações voltadas para o desenvolvimento e promoção social das comunidades, através das entidades comunitárias e de classe;

II – estabelecer contato e assessorar as entidades no que diz respeito a sua atualização cadastral, inscrição e registro em programas junto aos Conselhos Municipais;

III – estabelecer mecanismos e metodologias participativas para mobilização das comunidades através de suas organizações legítimas para desenvolvimento de programas e projetos;

IV – assessorar tecnicamente na elaboração de projetos comunitários a serem implantados como ação da Secretaria Municipal;

V – assessorar tecnicamente nos projetos apresentados através da sociedade civil organizada, adequando-os à realidade municipal, focando na política de bem estar social;

VI – coordenar programas e projetos inerentes à política de atendimento e proteção à criança, ao adolescente, ao idoso, ao deficiente físico e às pessoas com problemas correlatos;

VII – fomentar campanhas educativas de caráter sócio-econômico-cultural, em parceria com os segmentos pertinentes à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente físico;

VIII – fomentar convênios, parcerias, relações intersetoriais, grupos interdisciplinares para desenvolvimento conjunto de ações para garantia dos direitos das crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dos direitos do idoso, dos deficientes físicos e dos cidadãos em geral, conforme legislação específica;

IX – coordenar e avaliar as atividades da equipe técnica e de apoio operacional que atua no desenvolvimento dos programas e projetos;

X – assessorar tecnicamente na gestão da política de atendimento e proteção à criança e ao adolescente na abordagem do ECA, ao idoso, ao deficiente físico e dos Conselhos Municipal de Ação Social, da criança, adolescente, do idoso, do deficiente físico, Comissão de Emprego, habitação, anti drogas e Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

XI – participar das reuniões de Órgãos superiores relativos à área;

XII – zelar pela integridade física, organização e segurança do local de trabalho;

XIII – elaborar normas para realização de pesquisas na área habitacional, tendo em vista as condições sociais, econômicas, técnicas e sanitárias de cada região;

XIV – estabelecer o planejamento e a execução da política habitacional do Município, especialmente a destinada a atender as camadas populares de baixa renda;

XV – realizar estudos para levantamento das condições de moradia da população a fim de direcionar os programas de habitação popular;

XVI – prestar apoio institucional às ações organizativas das comunidades e de entidades não governamentais quanto a projetos de natureza social, relativos à habitação aos assentamentos humanos;

XVII – executar políticas que visem à redução do déficit quantitativo e qualitativo de habitações;

XVIII – prestar assistência ao migrante;

XIX – desenvolver ações que visem amparar, assessorar, encaminhar e acolher população de rua e ou pessoas à margem da sociedade;

XX – dar suporte e acolhimento às famílias em situação de vulnerabilidade social e habitacional;

XXI – promover ações voltadas à inserção no mercado de trabalho;

XXII – gerar oportunidades de trabalho, através de Fundo de Trabalho, visando acolher famílias em situação de hipossuficiência;

XXIII – garantir de forma eficaz o atendimento básico aos usuários da rede sócio-assistencial;

XXIV – promover cursos, seminários e fóruns, para melhor capacitação dos Conselhos Municipais;

XXV – realizar outras atividades relacionadas a sua área de atuação.

2.3 Plantão social

O trabalho da profissional Assistente Social, tem como objeto a questão social e suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional, buscando uma intervenção sobre a realidade vivida pelo indivíduo nas desigualdades sociais, na qual grande parte da população necessita de garantia de seus direitos e de suas necessidades básicas.

Porém é de suma importância que o profissional Assistente Social possua um posicionamento crítico e que esteja sempre dotado de uma dimensão investigativa, a partir de um embasamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político.

Os atendimentos no setor Plantão Social, são realizados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pelo(a) profissional Assistente Social, exceto para o atendimento do cadastro único que é feito por funcionários técnicos. O atendimento abrange os dias de segunda-feira à sexta-feira, das 07:00 às 17:00.

No Plantão Social, são direcionados às demandas de atendimento imediato e emergencial. As atividades desenvolvidas pelo(a) Assistente Social:

- . Atendimento individual realizado através de entrevista, diagnóstico da situação visando uma intervenção.
- . Visitas domiciliares atendendo demandas internas e externas (ex. Ministério Público).
- . Atendimento dos Benefícios Eventuais de acordo com a Lei Municipal.
- . Liberação da Carteira Nacional do Idoso.
- . Orientação e acompanhamento do Processo de Benefício Prestação Continuada (BPC).
- . Realização de relatórios e pareceres sociais.

Para que o usuário obtenha algum benefício ou iniciar um procedimento como por exemplo o Benefício Prestação Continuada (BPC) é necessário estar com o cadastro único atualizado, caso não possua o cadastro único, o usuário é orientado a fazer. Sendo assim a profissional da assistência social tem um instrumento para analisar as possibilidades das ações e programas sociais aos quais o usuário venha a ter direito.

O cadastro único (cadúnico), é de nível nacional, importante instrumento para viabilizar os direitos as políticas sociais, possui o controle de atualização de dois anos, mesmo que a situação familiar esteja sem alterações, funciona também como prova de vida.

2.4 A pesquisa

A pesquisa buscou analisar os casos de migração na região do município de Ponte Nova, registrando as demandas diante das ocorrências de atendimento, sendo assim uma possível elaboração de perfil do migrante e a variação do número de atendimentos durante o percurso do ano. Para o seu desenvolvimento foi elaborado instrumento de coleta de dados – um formulário (anexo 1), e realizada entrevista individual, aos sujeitos alvo deste estudo: população migrante que se apresentavam ao Plantão Social (*locus* de realização do estágio supervisionado).

Este formulário foi composto de questões abertas e fechadas, com perspectiva de identificar e conhecer: o migrante com questões que não sejam invasivas, como dados pessoais, nome, idade, naturalidade etc, se possui o Número de Identificação Social (NIS), pretensão da cidade destino, tempo que está sem endereço fixo, último trabalho registrado e se mantém vínculo familiar.

Segundo SANTOS, C e NORONHA,K (2013), a entrevista é instrumento tido como um espaço que possibilita não só o conhecimento mútuo, a ampliação de consciência, tanto dos usuários, quanto dos assistentes sociais, como também o contato com as questões do cotidiano trazidas pelos que buscam os serviços sociais. Acrescentamos que é também um instrumento capaz de com suas informações munir ao profissional um banco de dados, que o possibilita traçar o perfil dos usuários, identificar demandas, enfim investigar a realidade em que se processa o trabalho do assistente social.

Após a assistente social supervisora de campo concordar e autorizar aplicar o questionário proposto , foi realizada a pesquisa mediante ao atendimento dos usuários migrantes no plantão social, feito pela Assistente Social e seguidamente de acordo com a participação e colaboração de alguns migrantes realizaram as entrevistas. Primeiramente e, individualmente, era informado ao usuário sobre a pesquisa, e ele convidado a participar. No processo de esclarecimento da pesquisa ele foi informado da confidencialidade/sigilo dos dados, detalhando-se o seu objetivo de conhecer o perfil dos migrantes que passam pela região, e até com este estudo a possibilidade de atender da melhor forma possível através da política de assistência social municipal os migrantes.

Ressalta-se que ao iniciar este estudo nos deparamos com a ausência de instrumentos que registrassem dados pessoais do migrante. Com a participação da supervisora de campo o instrumento de coleta de dados desta pesquisa tem sido utilizado também para fazer desde então os registros deste público atendido pelo Plantão Social da prefeitura de Ponte Nova. Pela primeira vez esta realidade é estudada e o que pode-se verificar é: o formulário de atendimento (anexo 2), realizada no plantão social não caracteriza o migrante. A pesquisa foi realizada durante os meses de março a junho de 2018. Outra fonte de informação sobre este público no município de Ponte Nova são os atendimentos realizados pelo Albergue

ou casa de abrigo que recebe encaminhamentos não só do plantão social, mas também do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, de apresentações espontâneas e de atendimentos do plantão noturno feito através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SEMASH, que acontece com abordagens nas ruas da cidade no período noturno. Um levantamento exploratório sobre o atendimento durante o ano (anexo 3) foi possível identificar que muitos dos atendidos no albergue não solicitam passagem no plantão social o que caracteriza a permanência do migrante nas ruas da cidade juntando-se com os moradores de rua local. O número de atendimentos no albergue teve um nível elevado em 2017, chegando aos 124 atendimentos para homens e 10 para mulheres, tendo em média de 11,16 atendimentos/mês e instigando a um estudo minucioso com o relevante número nos meses de maio a outubro. Na atualidade de 2018, de janeiro a maio já foram 40 atendimentos, apenas um a mulher e uma média de 8 atendimentos/mês.

Resultados e análise dos dados das entrevistas:

Os dados aqui analisados referem-se a um total de 08 participantes . Para a análise dos dados recorreremos primeiramente ao tratamento dos dados obtidos em planilha excell no tocante as questões fechadas e às questões abertas organizamos as respostas por categorias e frequência agrupando-as com vistas a análise de conteúdo.

Quanto a caracterização dos entrevistados:

100% dos entrevistados são do sexo masculino. A faixa etária varia: 25 a 43 anos.

Dos 8 entrevistados 3 possuem cadastro único e 5 não possuem cadastro único.

Quanto a demanda

Em relação ao tipo de solicitação que pediam, a maioria solicitava passagem para dentro do Estado como: Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberlândia-MG, estas

excedem o padrão de quilometragem proposto pelo atendimento, sendo assim o migrante adquire passagem para cidades que estão nas proximidades. Os migrantes na maioria das vezes pedem para passar no albergue para tomar banho e fazer refeição antes de seguirem viagem. Alguns têm intenções de chegarem a outros estados como Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Tempo de permanência como migrante

A maioria se encontra no trecho há menos de 1 ano, somente 2 entrevistados declararam estarem no trecho há mais de 5 anos.

Quanto os motivos que o levaram a se deslocar

Quando foi perguntado por que esse migrante saiu da sua cidade obtivemos as seguintes respostas:

“Fiquei desempregado e viajei para Vitória a procura de um trabalho na lavoura de café”

“Gostaria de retornar à Florianópolis, pois não consegui trabalho em Ponte Nova e não me adaptei a família da minha esposa”

“Fiquei desempregado e recém-divorciado”

“Tive um desentendimento com meu padrasto que morava junto com a minha mãe”

“Fui criado pelo meu pai ele já faleceu e não tenho nenhum vínculo familiar”

“Saí por causa de estar desempregado , sai de São Paulo com um grupo de vendedores de artesanatos (itinerante) com intenção de ir até a Bahia, onde possivelmente pretendia rever familiares e retornar a viver na Bahia”

“Estava desempregado há mais de 1 ano além do desentendimento com meus pais”

“Estava desempregado e sem vínculo familiar”

Questão de trabalho

Foi perguntado qual foi o último emprego registrado em carteira e os entrevistados deram as respostas a seguir:

Auxiliar de Serviços Gerais em Florianópolis, 2010; Motorista de Uber, 2018; Serviços Gerais na lavoura de tomate no interior de São Paulo, 2015; Auxiliar de Pedreiro em Teófilo Otoni-MG, 2016; Padeiro Confeiteiro em São Paulo, 2017; Montador de Andaime em Ponte Nova, 2014. Somente 1 entrevistado não respondeu a essa pergunta.

Composição familiar

Em relação à composição familiar 5 dos entrevistados declararam ter mãe; 2 disseram ter pai; 6 têm irmãos; 2 têm filhos e 2 têm companheira.

Dois dos entrevistados disseram ter desejo de fazer contato com familiares e amigos. Seis declararam não terem este desejo.

Benefícios e recursos obtidos

Quando perguntado qual o último benefício que obtiveram os entrevistados relataram o seguinte:

“Obtive passagem de Rio Casca para Ponte Nova, através da assistência social.

“Não obtive benefícios assistenciais, vim à Ponte Nova com recursos próprios”.

“Obtive transporte no veículo da prefeitura de Mariana para Ponte Nova”.

“O transporte no veículo da prefeitura de Mariana para Ponte Nova”.

“Recebi passagem para a cidade de Ponte Nova um benefício da Secretaria de Assistência Social de Rio Casca – MG”.

“Nunca recebi benefício”.

“Tenho recebido benefícios através de igrejas evangélicas, sendo o último uma passagem para Ponte Nova”.

“Somente 1 entrevistado não respondeu esta pergunta”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi destacado as diferentes formas de migrações no modo de produção capitalista, desde a revolução industrial em meados do século XVIII até a contemporaneidade, destacando o objetivo de aproximar do perfil real dos sujeitos migrantes itinerantes na região do município de Ponte Nova, . Essa população migrante distingue da população de rua pelo seu caráter itinerante.

Foi constatado a importância de realizar uma entrevista após o atendimento ao migrante itinerante, possibilitando uma aproximação gradativa de forma a construir uma relação de confiança, buscando promover o acesso a rede de Assistência Social e das demais políticas na perspectiva de garantir direitos.

Alguns migrantes atendidos no plantão social, não contribuíram com a pesquisa diretamente, mas através do acompanhamento do atendimento foi possível fazer algumas observações praticamente unânimes da questão social. A crise permanente pela qual passa o sistema capitalista tem reflexo no perfil desse migrante itinerante, como foi abordado nesse trabalho, destacando o desemprego como principal fator e em segundo a ausência de vínculo familiar.

Nesse caso, diante de um atendimento específico, é de suma importância que o profissional Assistente Social, possua um posicionamento crítico e que esteja sempre dotado de uma dimensão investigadora, a partir de um embasamento teórico – metodológico, técnico – operativo e ético – político.

A situação dos migrantes itinerantes necessita ser repensada em conjunto com vários segmentos sociais para a elaboração de programas e ações que irão compor políticas sociais nos municípios da região de Ponte Nova, podendo assim realizar uma passagem importante do controle migratório, melhorando a qualidade desses serviços oferecidos e garantindo direitos constitucionais.

No modo de produção capitalista a desigualdade social que apresenta nesses migrantes itinerantes é balizada numa visão de resultado do fracasso individual, e o Serviço Social ainda que de forma precarizada tem uma objetividade que não é material, mas social, tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 2008).

Conforme a Lei nº 3.503/2010, Seção XI, Art. 30, compete a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

XVIII – Prestar assistência ao migrante.

XIX – Desenvolver ações que visem amparar, assessorar, encaminhar e acolher população de rua e ou pessoas a margem da sociedade.

Diante da possibilidade da continuação desse estudo aqui iniciado, que buscou aproximar do perfil do sujeito migrante itinerante na região de Ponte Nova, pretende através da gestão de políticas sociais em nível municipal, acoplada a lógica da necessidade de apropriação de estratégias, metodologias e planejamento que permitam um olhar diferenciado, propondo ações que inovem e promovam o acesso dos migrantes itinerantes nos programas sociais e políticas sociais, aprimorando o atendimento não só local mas que futuramente possa viabilizar a comunicação de atendimento em rede com os municípios vizinhos.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil-03-ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BROGNOLI, F. F. **Trecheiros e Pardais**: Estudo Etnográfico de Nômades Urbanos. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/76494/110457.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CASTRO, A.; TOMÉ, R.; CARRARA, V. A emigração dos assistentes sociais portugueses: faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade. **Serv. Soc. Soc.**, n. 121, São Paulo, p. 95-124, jan./mar. 2015.

CFESS MANIFESTA. CFESS participa em defesa da população em situação de rua. **1º Congresso do Movimento Nacional da População de Rua**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/759>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Tradução de Anália C. Torres. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENEZ, T. A. S.; COSTA, M. F. T. B. Deslocamentos humanos no Vale do Paraíba: indicadores para a construção de políticas sociais. In: PIMENTA, C. A. M.; ALVES, C. P. (Orgs.). **Políticas públicas & desenvolvimento regional** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/j8gtx/pdf/pimenta-9788578791216-03.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

GUERRA, Sidney. **Alguns aspectos sobre a situação jurídica do não nacional no Brasil**: da Lei do Estrangeiro à Nova Lei de Migração. *Direito em debate*. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/.../7105>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do Capital 1848 – 1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Reflexões sobre deslocamentos populacionais no Brasil. IBGE, 2011. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ponte-nova/panorama>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

JORNAL O TRECHEIRO. **Jornalismo a serviço da população em situação de rua**. Ano 25, n. 243, março e abril de 2017.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<https://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009. v. 1.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expresso Popular, 2011.

NUNES, J. H. Notícias do povo da rua. **Trecheiro**, Ano XII, n. 104, jan. 2003. Disponível em: <<https://www.labeurg.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=35>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

OLIVEIRA, L. M.; JUNIOR, A. M. “Sem lugar no mundo”: a circulação dos itinerantes no interior paulista. Disponível em: <<http://www.uel/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/16195/14629>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PERES, R. S. O desenho da figura humana de Machover aplicado em andarilhos de estrada. Disponível em: <<http://pepsic.bv.salud.org/scielo.php?script=sci-artex&pid=51516-36872002000100009>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA - MG. Dados do município. Disponível em: <<https://pontenova.mg.gov.br/ponte-nova/dados-do-municipio>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - MG. Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP. Disponível em: <<http://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/centro-pop-amplia-oferta-de-atendimentos/111869>>. Acesso em: 03 maio 2017.

REIS, Mariana; RIZZOTTI, Maria Luiza. População de rua, território e gestão de políticas sociais: para além de um retrato social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 43-65, jul./dez. 2013.

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UMJUI, Ano XXVI, n. 47, jan./jun. 2017.

5 ANEXOS

ANEXO (1)

FICHA DE ACOLHIMENTO SOCIAL

Data: __/__/__

IDENTIFICAÇÃO DO MIGRANTE

Nome: _____ Data de Nasc: __/__/__

Sexo: _____ Naturalidade _____

Idade: _____ Estado Civil: _____

RG: _____ Órgão Expedidor: _____

CPF: _____ Ocupação: _____

Possui cadastro único? () sim (X) não**TIPO DE SOLICITAÇÃO**

() Passagem

() Albergue

() Outros

Há quanto tempo está no trecho?

() menos de 1 ano () mais de 5 anos

() mais de 1 ano

Por que saiu de sua cidade?

Qual o último emprego com registro em carteira (CT)?

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

| GRAU DE PARENTESCO | NOME | SIM | NÃO | QUANTIDADE |
|---------------------------|-------------|------------|------------|-------------------|
| MÃE | | | | |
| PAI | | | | |
| IRMÃO(A) | | | | |
| FILHO(A) | | | | |
| COMPANHEIRO(A) | | | | |

Tem contato telefônico com a filha que reside com a mãe em Leopoldina.

Deseja fazer contato com familiar ou amigo? () Sim (X) Não

Qual a cidade de destino?

Qual o último benefício assistencial que obteve e em qual o município?

Assuntos / Providências / Observações:

Dados colhidos por:

Anexo (2)

Ficha de Atendimento

Data: __/__/__

Nome: _____ Data de Nasc.: _____

Documento: _____ Estado civil: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Profissão: _____

Local de trabalho: _____

Assunto: () Lote () Casa popular
 () Passagem () Emprego
 () Vistoria () Cesta básica
 () Material de construção () _____

| Nome | Parentesco | idade | Estuda | Trabalha |
|------|------------|-------|--------|----------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Moradia: () Própria () cedida () alugada R\$ _____

Nº de cômodos: _____ Água: _____ () Esgoto _____ () Banheiro

Luz: _____ Tipo de fogão: _____ Filtro _____ () Horta _____ () Animais:

Renda Familiar: _____

Doenças em família? _____

Tem parente ou amigo em outro bairro? () sim () não Grau parentesco _____

Assuntos / Providências / Observações:

Dados colhidos por:

Certifico que o aluno José Geraldo Araújo Barbosa, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado "**Migrantes Itinerantes no Município de Ponte Nova: Desvelando uma realidade in(visível) (?)**", efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Virgínia A. Carrara
Orientadora
Ouro Preto, 26 julho de 2018.